

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 877, DE 2019

Apensado: PL nº 2.697/2019

Altera a Lei 10.714/2003, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180.

Autora: Deputada TALÍRIA PETRONE

Relatora: Deputada NATÁLIA BONAVIDES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 877/19 torna obrigatória a divulgação do Disque 180 em todas as notícias, programação audiovisual e outras informações sobre violência contra a mulher exibidas em serviços de rádio, TV, portais, blogs e jornais na internet e programação audiovisual. O Disque 180 foi criado pela Lei 10.714/03, sendo um número telefônico disponibilizado pelo governo para orientar sobre violência contra a mulher.

A autora argumenta, na justificativa, que a ampliação da divulgação desse serviço “representa a garantia do direito à vida e à integridade física de milhares de mulheres de forma pedagógica, conscientizando a sociedade sobre a gravidade do problema e ampliando o conhecimento sobre os serviços disponíveis”.

Pelo teor original da proposta, a mídia em geral, incluindo internet, será obrigada a publicar, sempre que veicular informação sobre episódios de violência contra a mulher, mensagem com o seguinte conteúdo: “Se você sofre ou conhece alguma mulher que sofra violência, ligue gratuitamente 180, disponível 24 horas, todos os dias do ano”. A fiscalização ficará a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações.



A proposta e seu apenso, o PL nº 2.697, de 2019, de autoria da Deputada Rejane Dias, receberam parecer pela aprovação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 08/04/21, na forma de Substitutivo. O apenso, diferentemente do projeto original, altera a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mantendo o mesmo objetivo do PL principal.

Assim sendo, o Substitutivo aprovado prevê a inclusão de artigo na Lei Maria da Penha com o seguinte teor: “toda informação que se exiba, por meio dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de acesso gratuito, sobre episódios de violência contra a mulher, deve incluir menção expressa sobre a Central de Atendimento à Mulher em situação de violência, incluindo seu código de acesso telefônico (Ligue 180) e os serviços ofertados pela Central”.

As matérias também serão examinadas pela Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Neste colegiado, foi apresentada uma emenda, do Sr. Deputado Roberto Alves, que retira a obrigatoriedade de transmissão da mensagem na mídia eletrônica e digital, por considerar que a redação do PL indicativa, e não impositiva, é mais efetiva em transformar a obrigatoriedade de divulgação do serviço em diretriz.

É o relatório.

I – VOTO DA RELATORA

O enfrentamento da violência contra a mulher é um desafio que se coloca para toda a sociedade e para o Estado brasileiro.

A Lei Maria da Penha, construída com ampla participação popular, representa um marco no comprometimento estatal com essa questão, e no processo de conscientização da sociedade sobre o dever de intervir nessa realidade de violência tão comum nos lares brasileiros. Como consequência



disso, tivemos a ampliação dos registros de violência contra a mulher nos últimos anos, o que sem dúvidas é um passo importante para romper com o ciclo da violência e proteger a integridade e a vida das mulheres.

No entanto, ainda há muito o que avançar. A violência contra a mulher acontece majoritariamente dentro de casa, e praticada por quem tem algum tipo de vínculo com a vítima, o que torna a denúncia uma decisão não tão simples de ser tomada, seja pela dificuldade de fazê-la na presença do agressor, seja pelas implicações sobre sua família, filhos ou mesma pela própria subsistência daquelas sem autonomia financeira.

Na pandemia da COVID-19, quando as mulheres passaram a conviver mais tempo com os agressores devido a recomendação de ficar em casa, a violência doméstica aumentou, acompanhada de uma alarmante subnotificação.

Neste sentido, o projeto de lei em análise traz uma ferramenta necessária, que busca fortalecer e ampliar um mecanismo de denúncia e de proteção da mulher que é o Disque 180. Ampliar a divulgação desse canal nos meios de comunicação se torna ainda mais importante no atual contexto da pandemia. A obrigatoriedade de veicular a mensagem sobre o Disque 180 está em plena consonância com o dever imposto à sociedade pela Lei Maria da Penha em seu art. 3º, § 2º, de criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos previstos na Lei.

Considerando a existência de uma lei específica sobre o Disque 180, entendemos mais adequado manter a proposta da redação original, que promove alteração na Lei nº 10.714/2003. Além disso, sugerimos que a divulgação do canal ocorra não apenas quando a mídia tratar do tema da violência contra a mulher, mas pelo menos duas vezes por semana, com a garantia de ser uma vez em horário nobre, medida que pode ampliar ainda mais a divulgação.

Pelas razões expostas e pelo combate à violência contra a mulher no Brasil, nosso voto é pela APROVAÇÃO do PL nº 877, de 2019, e seu apenso, PL nº 2.697, de 2019, na forma do Substitutivo que ora propomos, e pela REJEIÇÃO da emenda apresentada nesta Comissão.



Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada NATÁLIA BONAVIDES
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215366777300>



SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei Nº 877, DE 2019

Apensado: PL nº 2.697/2019

Altera a Lei 10.714/2003 com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) por empresas prestadoras de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão).

Art. 2º A Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º. As empresas prestadoras de serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão), deverão divulgar informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), incluindo seu código de acesso telefônico e os serviços ofertados pela central, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º As empresas prestadoras dos serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão) deverão veicular inserções educativas, com duração de trinta segundos cada, duas vezes por semana, incluindo no horário nobre.

§ 2º A menção de que trata o caput deverá garantir o uso de recursos de acessibilidade para a garantia do direito de acesso à informação às pessoas com deficiência e poderá conter, preferentemente, o seguinte conteúdo:

SE VOCÊ SOFRE OU CONHECE ALGUMA MULHER QUE SOFRA VIOLÊNCIA, LIGUE GRATUITAMENTE 180, DISPONÍVEL 24 HORAS, TODOS OS DIAS DO ANO.

§ 3º É responsabilidade do Ministério das Comunicações a fiscalização do cumprimento das disposições presentes neste artigo, bem como a disposição e aplicação das respectivas sanções administrativas em caso de descumprimento”.(NR)

Art. 3º. O Poder Público promoverá campanha de conscientização e combate à violência contra a mulher nos meios de comunicação, incluindo a internet, a qual deverá atender ao disposto no art. 2º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala de Sessões, de de 2021

Deputada Natália Bonavides



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215366777300>

